

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DINARA VELHO NERES DA SILVA

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
NAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS**

FLORIANÓPOLIS

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DINARA VELHO NERES DA SILVA

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
NAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Dr.^a Máira Melo de Souza

FLORIANÓPOLIS

2015

Dinara Velho Neres Da Silva

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
NAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 17 de Novembro de 2015

Prof. Marcelo Haendchen Dutra Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a, Dr.^a Máira Melo de Souza,
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. José Alonso Borba,
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Ana Cláudia Ramos,
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e que sem ele não seria possível a realização de nossos sonhos e objetivos.

A meu esposo Alei e minha filha Fernanda pela paciência e compreensão nos momentos em que não pude estar presente.

A minha irmã Denize e seu esposo Sidnei que sempre acreditaram no meu potencial sendo meus principais incentivadores.

As minhas amigas Patrícia e Samara pela parceria durante a graduação.

A minha amiga Ariana por estar sempre presente e me incentivando em momentos difíceis.

A Prof^a. Maíra, pela confiança e pelo tempo que disponibilizou para me orientar.

A todos os demais professores do curso de ciências contábeis desta universidade, que contribuíram muito para minha formação.

“Dizem que a vida é para quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto. A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender”

Clarice Lispector

RESUMO

SILVA, Dinara Velho Neres da. Nível de evidenciação das propriedades para investimento nas empresas brasileiras de capital aberto. Monografia do Centro de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Florianópolis

Esta pesquisa teve como objetivo verificar o nível de evidenciação das orientações contidas no CPC-28(2009) com relação às propriedades para investimento nas empresas brasileiras de capital aberto no ano de 2014. Para obtenção da amostra de pesquisa, na base de dados do econômica foram identificadas as empresas de capital aberto brasileiras que possuíam saldo de Propriedades para Investimento (PPI) no Balanço Patrimonial (BP) relativo ao exercício social findo de 2014. No levantamento realizado no econômica foram identificadas 49 empresas com saldo de PPI em seu ativo. As informações necessárias a pesquisa foram coletadas das Notas Explicativas das respectivas empresas. Quanto aos objetivos a presente pesquisa tem caráter descritivo. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que os dados foram analisados sem o uso de ferramenta estatística. Quanto aos meios de obtenção dos dados, o estudo enquadra-se como documental, pois foram analisadas as Notas Explicativas das respectivas empresas. Os resultados apontaram que o nível de evidenciação nos itens que são obrigatórios para todas as empresas está abaixo do ideal, pois algumas informações não foram mencionadas o que dificulta a averiguação dos fatos. Já em relação a avaliação separada dos itens obrigatórios relativos as empresas que optaram entre o método do custo e o valor justo, o nível de evidenciação se mostrou elevado.

Palavras-Chave: Propriedades para investimento. Evidenciação. CPC-28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

BP – Balanço Patrimonial

CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

NA – Não se Aplica

NE – Nota Explicativa

IBCG - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

PPI – Propriedade para Investimento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estudos Anteriores.....	23
Quadro 2: Lista de verificação	27
Quadro 3: Empresas que possuíam PPI em seu ativo (49 empresas)	29
Quadro 4: Empresas que não apresentaram nenhuma informação sobre PPI em NE(17 empresas).....	30
Quadro 5: Empresas estudadas (32 empresas)	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações sobre PPI em NE	31
Tabela 2: Empresas por segmento setorial	32
Tabela 3: Níveis de Governança das empresas	32
Tabela 4: Divulgação em NE.....	34
Tabela 5: Nível de evidenciação das empresas estudadas (nome no pregão)	35
Tabela 6: Percentuais médios alcançados por setor.....	36
Tabela 7: Média de divulgação de acordo com os níveis de governança.....	36
Tabela 8:Itens que devem ser evidenciados por todas as empresas	38
Tabela 9: Itens que devem ser evidenciados pelas empresas que optaram pelo valor justo....	40
Tabela 10: Itens que devem ser evidenciados pelas empresas que optaram pelo custo	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tipos de PPI que as empresas estudadas possuem	33
Figura 2: Método de mensuração utilizado	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVO GERAL.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	14
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 ATIVO.....	16
2.2 INVESTIMENTOS	17
2.3 PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO.....	18
2.4 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL.....	20
2.4.1 Formas de Evidenciação	20
2.4.2 Evidenciação e Governança Corporativa.....	21
2.5 ESTUDOS ANTERIORES	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	26
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	26
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	28
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	28
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	30
4.1 EVIDENCIAÇÃO NAS NOTAS EXPLICATIVAS NAS EMPRESAS DA AMOSTRA	30
4.2 SEGMENTO SETORIAL DAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA FINAL	31
4.3 NÍVEIS DE GOVERNANÇACORPORATIVADAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA.....	32
4.4 TIPOS DE PPI DAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA	33
4.5 MANEIRAS DE EVIDENCIAÇÃO DAS PPI NAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA.....	34
4.6 NÍVEIS DE EVIDENCIAÇÃO DAS PPI NAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA.....	34
4.7 MÉDIAS DE EVIDENCIAÇÃO REALIZADA POR SEGMENTO SETORIAL	35

4.8 MÉDIAS DE EVIDENCIAÇÃO POR NÍVEL GOVERNANÇACORPORATIVA	36
4.9 ANÁLISERESUMIDA DOS ITENS DE DIVULGAÇÃO ENUMERADOS NA LISTA DE VERIFICAÇÃO	37
5 CONCLUSÕES DA PESQUISA.....	42
5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS.....	42
5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS	43
5.3SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

Atualmente que é cada vez mais crescente a busca por informações demandadas pela contabilidade. De acordo com Marion (2010, p. 25) “a contabilidade deve fornecer dados e informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão por parte dos diversos usuários”.

As demonstrações contábeis constituem uma maneira de transmitir informações demandadas pela contabilidade. Como subsídios ao entendimento dos dados são evidenciados em notas explicativas. (MARION, 2010).

Tendo em vista que a contabilidade é a principal fonte de informações para os diversos usuários, fica evidente a necessidade de uma maior divulgação de suas práticas contábeis, principalmente no que diz respeito à evidenciação e ao tratamento dado pelas empresas as PPI, assunto ainda pouco abordado no Brasil.

De acordo com o pronunciamento contábil CPC-28 (2009), uma Propriedade para Investimento gera um fluxo de caixa, independente de outros ativos mantidos pela entidade, isto é percebido em maior grau nas empresas que tem como atividade principal a exploração de imóveis.

Para Silva, Fonseca e Nogueira (2014) a classificação desse ativo merece uma atenção especial, por se tratar de um item que gera receitas para a empresa e deve ter um tratamento diferenciado do imobilizado que é utilizado nas atividades operacionais da empresa.

Dessa forma, verifica-se a importância das PPI, pois conforme for sua representatividade com relação ao ativo total da empresa, a renda obtida com tais propriedades irá impactar consideravelmente o resultado do exercício.

Diante do exposto, torna-se oportuno a verificação do grau de cumprimento das orientações de divulgação definidas no pronunciamento técnico CPC-28(2009) pelas empresas de capital aberto brasileiras.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A evidenciação é um dos objetivos da contabilidade que busca trazer informações diferenciadas para atender aos interesses dos mais variados usuários da informação contábil (IUDÍCIBUS, 2009).

Todavia tais informações precisam ser úteis, compreensíveis, relevantes e fidedignas com a realidade da empresa para auxiliar o usuário a entender melhor os relatórios contábeis (CPC-28, 2009).

A presente pesquisa tem como tema a análise da evidenciação das Propriedades para Investimento das empresas de capital aberto brasileiras e essa verificação terá como base o que prescreve o pronunciamento técnico CPC-28(2009).

Diante do exposto, este estudo tem como intuito responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual o nível de evidenciação das orientações contidas no CPC- 28(2009) com relação às Propriedades para Investimento nas empresas de capital aberto brasileiras no ano de 2014?**

1.2 OBJETIVO GERAL

Verificar o nível de o nível de evidenciação das orientações contidas do CPC- 28 (2009) com relação às Propriedades para investimento nas empresas de capital aberto brasileiras no ano de 2014.

1. Identificar as empresas brasileiras de capital aberto que possuem Propriedade para Investimento no ano de 2014;
2. Identificar o tipo de Propriedade para Investimento que as empresas brasileiras de capital aberto possuem;
3. Elaborar uma lista de verificação com base nas exigências de divulgação do CPC-28(2009).

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante das mudanças ocorridas na contabilidade após a adesão às normas internacionais, é de suma importância a verificação dos procedimentos adotados pelas empresas no que tange a evidenciação de suas práticas contábeis.

O estudo será pautado com base no que prescreve o CPC-28(2009), mais precisamente o item evidenciação, e que visa auxiliar qualquer indivíduo que procura esclarecimentos sobre as informações contábeis das empresas.

O presente estudo se torna relevante, pois irá investigar se as empresas analisadas estão tornando públicas as informações que são de interesse do usuário e também se as mesmas já se adequaram à norma, já que se passaram cinco anos desde a sua deliberação.

Tendo em vista que no Brasil só a partir de 2010 (após a convergência às normas internacionais) as PPI passaram a ter um destaque maior no ativo da empresa sendo contabilizados em separado do imobilizado. Sendo assim, há muito que explorar e verificar se as empresas estão evidenciando de forma como orienta o CPC-28(2009).

Para o plano acadêmico a presente pesquisa trará contribuições relevantes já que existem poucas pesquisas realizadas sobre o tema e servirá também como base para futuros trabalhos na área.

Nas pesquisas anteriores, publicadas logo após a adoção das normas internacionais verificou-se que o nível de evidenciação estava abaixo do ideal. (COSTA; SILVA LAURENCEL, 2013) por isso o presente estudo trará informações relevante a respeito da verificação de conformidade do pronunciamento técnico CPC-28(2009) já que se passaram cinco anos desde a sua adoção.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa delimita-se a investigar os fatos ocorridos nos anos de 2014 nas empresas brasileiras de capital aberto que possuem Propriedades para Investimentos registrados em seu ativo.

Não foram consideradas nesta pesquisa as empresas limitadas e de capital fechado. Somente foram consideradas empresas de capital aberto, pois as mesmas disponibilizam facilmente as informações necessárias ao estudo em Notas Explicativas no site da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMF&BOVESPA).

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Para atender aos objetivos desta pesquisa, o trabalho será apresentado em quatro capítulos. O primeiro capítulo será composto pela Introdução que faz um breve relato sobre o tema abordado. Trará também tema e problema de pesquisa onde está colocada a pergunta central do presente trabalho. Os objetivos gerais e específicos também serão apresentados e a metodologia onde serão informados quais foram os métodos adotados para o desenvolvimento da pesquisa e, por fim, delimitação e organização do trabalho.

No segundo capítulo será abordada a fundamentação teórica que traz os principais conceitos apresentados no tema, no terceiro capítulo serão apresentados os resultados alcançados. No quarto capítulo serão relatadas as conclusões da pesquisa e por fim as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo de referencial teórico estão apresentados os temas relacionados a presente pesquisa realizada de maneira a fornecer suporte a sua realização. O capítulo está dividido nos seguintes tópicos: 2.1 Ativo; 2.2 Investimentos; 2.3 Propriedades para Investimento; 2.4 Evidenciação contábil 2.5 Estudos anteriores.

2.1 ATIVO

Conforme Marion (2009, p. 45) “ativo são todos os bens e direitos de propriedade, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa”.

Em relação às características que um ativo deve possuir, Hendriksen e Van Breda (2009, p. 285) salientam que um ativo deve conter três atributos essenciais:

1) Incorporar um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras. 2) Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício. 3) A transação ou evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já ter ocorrido.

Percebe-se no conceito e nas características dos ativos, que um atributo essencial é a capacidade de proporcionar benefícios econômicos futuros. A esse respeito, de acordo com Iudícibus *et al.* (2013, p. 47), os benefícios futuros de um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras, tais como:

- a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de mercadorias e serviços a serem vendidos pela entidade;
- b) trocado por outros ativos;
- c) usado para liquidar um passivo; ou
- d) distribuído aos proprietários da entidade.

Desta maneira, nota-se que os benefícios econômicos gerados por um ativo interferem direta e indiretamente no fluxo de caixa de uma entidade, pois os mesmos podem ser utilizados para produção de bens, prestação de serviços ou na conversibilidade de caixa ou equivalentes de caixa (ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, 2011).

De acordo com o artigo 179 da Lei nº 6404/76 as contas do ativo serão dispostas em ordem decrescente de liquidez. Conforme Iudícibus, *et al.* (2010, p. 187) “[...] Investimentos de caráter permanente, ou seja, destinados a produzir benefícios pela sua permanência na empresa, são classificados a parte no balanço patrimonial como investimentos [...]”.

As PPI, que são tema de análise neste estudo, possuem todos os atributos que a classificam como um ativo. Elas são mantidas para geração de benefícios futuros por meio da geração de renda ou valorização de capital, conforme será visto mais adiante neste referencial teórico. As PPI são incluídas no ativo não circulante no subgrupo investimentos.

2.2 INVESTIMENTOS

Para Marion (2009) “investimentos são aplicações relativamente permanentes, com propensão a produzir renda para a empresa”. Bruni e Famá (2012) explicam que “investimentos é um sacrifício que a empresa faz hoje para obter recursos e benefícios futuros”.

Costa e Melhem (2012) conceituam investimentos como sendo:

Aplicação de recursos disponíveis de qualquer origem, financeira ou não, nas contas do ativo. Eles têm uma característica proeminente, que consiste na expectativa de benefícios futuros: ou seja, o investidor não aplicará seus recursos em um investimento que não lhe traga um retorno positivo no futuro [...].

Desta forma verifica-se que os investimentos são uma forma de aplicação de recursos em que a empresa, em um futuro próximo, possa usufruir do retorno proporcionado por estes investimentos. De acordo com Iudícibus *et al.* (2010), os investimentos são classificados como segue:

- De caráter permanente (ativos para futura utilização);
- Investimentos em outras sociedades (participação permanente em outras sociedades);
- Propriedade mantida para aluguel ou especulação futura (propriedades para investimento).

Em suma, conclui-se que existem várias formas de se investir e quando as empresas se encontram em uma situação financeira confortável, investem seus recursos em algum tipo de investimento que consideram mais rentável para aumentar seus ganhos. Neste entendimento, um tipo de investimento trazido pelo pronunciamento técnico CPC-28 (2009) são as

propriedades para investimento, assunto que é tema da presente pesquisa e está apresentado no próximo tópico deste referencial teórico.

2.3 PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A partir de 2005 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que iniciou a emissão dos pronunciamentos técnicos, contento normas e procedimentos tendo como base as normas internacionais emitidas pela *International Financial Reporting Standards* (IFRS). (SILVA, FONSECA e NOGUEIRA, 2014).

A deliberação CVM N°584, de 31 de julho de 2009 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC-28(2009) que trata de Propriedade para Investimento. A partir desta data a adoção do referido pronunciamento se torna obrigatório para todas as companhias de capital aberto brasileiras.

De acordo com a deliberação CVM N° 584 (2009), o objetivo do pronunciamento técnico CPC-28 (2009) é estabelecer o tratamento contábil de Propriedades para Investimento e respectivos requisitos de divulgação.

Segundo o pronunciamento técnico CPC-28(2009, p. 3), Propriedade para Investimento “é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte do edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas”.

Por se tratar de ativos mantidos para auferir renda ou valorização de capital, são classificados no subgrupo Investimentos dentro do Ativo Não Circulante (CPC-28, 2009).

Iudícibus *et al.* (2013) esclarecem que o ativo destinado ao uso futuro não é considerado como PPI, pois neste caso fará parte das atividades operacionais da empresa em algum momento. Se estiver com um futuro incerto, entende-se que se trata de um investimento.

Em alguns casos, os imóveis classificados no grupo Investimentos podem ser confundidos como fazendo parte do grupo Imobilizado. Marion (2009, p. 350) define ativo imobilizado como sendo “aquele imóvel considerado de uso permanente que será utilizado pela empresa para manutenção de suas atividades e não será destinado à venda”.

Na concepção de Pinto, Martin e Alcoforado (2013) o grande diferencial das PPI em relação ao imobilizado estão nos fluxos de caixa gerados, já que o imobilizado afeta o resultado da empresa indiretamente e as PPI afetam o caixa diretamente por meio dos aluguéis

recebidos. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Interpretação Técnica ICPC 10 (2009) é mais amplo na distinção de Imobilizado e PPI, ele diz que:

Os ativos imobilizados são itens tangíveis que: (a) são detidos para uso na produção ou no fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) é esperado que sejam usados durante mais de um período. A propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo dono ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: (a) uso na produção ou no fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio.

Conforme o Pronunciamento Técnico, CPC-28 (2009, p. 5) a PPI para deve ser reconhecida como ativo quando: "for provável que os benefícios econômicos futuros associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade e quando o custo da propriedade possa ser mensurado."

Ainda de acordo com o pronunciamento técnico CPC-28(2009), os custos incorridos no reconhecimento da aquisição da propriedade devem ser incluídos no valor pago das PPI. Com relação a outras despesas de serviços, deverão ser baixadas na Demonstração do Resultado do Exercício já que são consideradas despesas de manutenção.

No momento da aquisição, as PPI devem ser registradas pelo custo de aquisição. Os valores gastos no momento da aquisição devem ser incluídos no valor do imóvel. Após a mensuração inicial, a empresa poderá escolher entre o método do custo e o método do valor justo (CPC 28, 2009).

Após o reconhecimento, o Pronunciamento Técnico CPC 28 (2009, p.08) esclarece que a entidade pode:

- a) escolher o método do valor justo ou do custo para todas as propriedades para investimento que suportem passivos que pagam retorno diretamente associado ao valor justo de, ou de ativos especificados incluindo essa propriedade para investimento;
- b) e escolher o método do valor justo ou o método do custo para todas as restantes da escolha feita na alínea (a).

De acordo com Iudícibus *et al.* (2013), um ponto relevante à ser considerado é que mesmo que a empresa adote o método do custo para a avaliação de suas propriedades, precisa evidenciar no balanço ou em notas explicativas o valor de mercado das propriedades.

Diante do exposto, percebe-se a importância da evidenciação das Propriedades para Investimento já que esse subgrupo tem grande importância como todo e qualquer ativo. Sendo

assim, os diversos usuários da informação contábil terão oportunidade de obter informações relevantes para a tomada de decisão.

2.4 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1994) evidenciação é o ato de tornar as coisas evidentes, claras, que não pode ser contestado ou negado, que compreende sem dificuldade nenhuma.

Na contabilidade, o termo evidenciação está ligado ao fato de garantir informações úteis e relevantes e de forma diferenciada para os diversos usuários (IUDÍCIBUS, 2009).

Neste contexto, a evidenciação das informações contábeis visa atender não somente os interesses dos profissionais ligados a contabilidade e dos administradores, mas também dos usuários em geral. Para Hendriksen e Van Breda (2009, p. 511):

È reconhecido que se deve divulgar informação a funcionários, clientes, órgãos do governo e ao público em geral, mas esses grupos são encarados apenas como destinatários secundários dos relatórios anuais e de outras informações [...] Na ausência de conhecimento mais específico, a premissa geral é a de que informação útil a investidores e credores seja útil para outros grupos.

A evidenciação deve ser complementada em Notas Explicativas para auxiliar o usuário das informações contábeis a entender melhor o conteúdo das demonstrações contábeis. Elas visam apresentar esclarecimentos necessários aos usuários (MARION, 2009).

Deste modo verifica-se que a evidenciação das informações contábeis precisa estar voltada para atender aos interesses do público e também precisam estar em uma linguagem que favoreça o entendimento e esclarecimento dos fatos.

2.4.1 Formas de evidenciação

Conforme Iudícibus (2009) existem várias formas de evidenciação, dentre estas se podem destacar: informação entre parênteses, notas explicativas, quadros e demonstrativos suplementares, comentários do auditor, relatório da administração outras evidenciações.

Para Hendriksen e Van Breda (2009, p.515) “O nível de divulgação depende do padrão considerado mais desejável. Três conceitos de divulgação são geralmente propostos: divulgação adequada, justa e completa.”

Ainda segundo os autores, o termo adequado refere-se ao fato de que as informações precisam proporcionar confiabilidade e assim não deixar dúvidas quanto a sua veracidade. Evidenciação justa entende-se por proporcionar tratamento igualitário a quem tiver interesse às informações. Já a evidenciação completa presume informar aos usuários somente o que for relevante de forma clara compreensível e objetiva.

Para Nascimento, Santo e Vicente (2012, p. 01):

A evidenciação está relacionada intrinsecamente à transparência da informação contábil, não bastando a simples divulgação nos meios e na forma especificada na legislação, sendo necessário, também, o alcance dos objetivos dessa divulgação, ou seja, a prestação de informações claras, objetivas e transparentes, com o alcance correto e não enviesadas e que atendam as necessidades de informações dos usuários da Contabilidade.

Com relação ao tipo de evidenciação, Hendriksen e Van Breda (2009) afirmam que existem dois tipos de evidenciação: a compulsória e voluntária. Evidenciação compulsória é aquela exigida pela lei e órgãos reguladores. Já a evidenciação voluntária vai mais além do que é exigido legalmente e depende da política e interesse da empresa em fornecer informações para atender as necessidades de seus usuários.

2.4.2 Evidenciação e governança corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG, 2009), governança corporativa é um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho da administração, diretoria e órgão de controle. Os princípios básicos de Governança Corporativa de acordo com o IBCG (2009, p.19) são:

- **Transparência** – disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não somente aquelas impostas por lei.
- **Equidade** – que se caracteriza pelo tratamento justo a todos os sócios e partes interessadas.
- **Prestação de contas** – os agentes de governança devem prestar contas de todos os seus atos.
- **Responsabilidade Corporativa** – os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade.

A governança corporativa é um conjunto de boas práticas que as empresas se utilizam para se tornarem mais confiáveis no mercado e assim obterem mais recursos externos para se financiarem (SILVEIRA; BARROS, 2008).

Atualmente, percebe-se um aumento na adoção das boas práticas de governança, mas isso é percebido em maior grau nas grandes empresas. Um estudo realizado por Lourenço e Branco (2014) verificou que as empresas participantes do Novo Mercado e Nível 2 tem um nível de evidenciação melhor porque as mesmas devem cumprir um conjunto de exigências maiores que do Nível 1 e Mercado Tradicional.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Murcia e Santos (2009) fizeram um estudo sobre fatores determinantes do nível de evidenciação (*disclosure*) voluntária das companhias abertas no Brasil. Os resultados encontrados corroboram com o estudo feito por Lourenço e Branco (2014), de que as grandes empresas são aquelas com as melhores práticas de governança corporativa e possuem maiores níveis de disclosure voluntário.

Em outra pesquisa realizada pelos mesmos autores, constataram que, dependendo do porte da empresa o nível de evidenciação (*disclosure*) é maior, já que as mesmas possuem mais pressão política devido a sua participação e impacto na economia. Salientam ainda que por serem empresas de grande porte possuem um sistema de contabilidade mais completo, tendo assim mais recursos para a divulgação de suas demonstrações contábeis.

Um dos principais focos da governança corporativa é a transparência e prestação de contas que tornam públicas informações que auxiliam aos diversos usuários das informações contábeis. Portanto verifica-se que há uma relação entre governança corporativa e evidenciação, pois as empresas com as melhores práticas de governança são aquelas que mais evidenciam suas práticas contábeis.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

As pesquisas relacionadas às propriedades para investimento é um assunto ainda pouco abordado no Brasil. O Quadro 1 demonstra alguns estudos que foram realizados relacionados ao tema, principalmente tratando dos métodos de mensuração desses ativos.

Quadro 1: Estudos Anteriores sobre PPI

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Andrade, Siva e Malaquias (2013)	O estudo teve como objetivo analisar as escolhas contábeis de empresas listadas na BMF&BOVESPA nos anos de 2009 e 2010, quando da adoção do CPC 28.	Os resultados da pesquisa demonstraram que a maioria das empresas analisadas optou pelo método do custo. Na análise multivariada nenhuma das variáveis utilizadas teve relação significativa com a escolha do método de avaliação, também não houve evidências da utilização da escolha do método para gerenciar resultados.
Silva, Fonseca e Nogueira (2014)	Analisaram no ano de 2012o nível de conformidade das empresas de acordo com o CPC 28.	Os resultados revelaram que o nível de divulgação não está satisfatório já que se passaram três anos de inserção do CPC 28. Verificaram também que quanto maior é o saldo de propriedades para investimento no ativo total maior é o nível de divulgação das empresas. A média de divulgação para as empresas que adotaram o método de custo foi de 62,5% e nas empresas que adotaram o método do valor justo a média de divulgação foi de 28%.
Freri e Salotti(2013)	Investigaram empresas administradoras de Shoppings Centers que possuíam PPI nos anos de 2010 e 2011 para verificar qual método de avaliação utilizavam e se estavam seguindo as recomendações de divulgação exigidas pelo CPC 28.	O estudo constatou que as empresas não divulgaram adequadamente a mensuração das PPI, (Custo ou valor Justo). Constataram também que as mesmas não estão cumprindo com todos os requisitos exigidos pelo CPC 28. Quanto ao método de mensuração utilizado verificou que 67% utilizaram o VJ e 33% o método do custo.
Costa, Silva e Laurencel(2013)	Realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar os incentivos econômicos para a escolha do método (custo ou valor justo) nas empresas não financeiras de capital aberto no ano de 2010.	A pesquisa revelou que na análise dos incentivos econômicos para a escolha do método verificaram que o porte da empresa tem influência significativa para determinar a escolha do método. As empresas com menor receita líquida no exercício de 2010 tinham maior chance de adotar o valor justo As empresas de maior porte adotaram o método de custo para minimizar o risco político. Em relação ao atendimento de divulgação mínima em notas explicativas fixadas pelo CPC 28, observaram que o nível de divulgação está abaixo do ideal.

Continua

Quadro 1: Estudos Anteriores
Continuação

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Pinto, Martin e Alcoforado (2013)	Investigaram os fatos que influenciaram o gestor a escolher o método de mensuração das PPI. O período de análise foi de 2009 a 2012.	No estudo constataram que escolhas não são feitas ao mero acaso, fatores gerenciais e estratégicos estão envolvidos nas escolhas contábeis em PPI. A pesquisa também mostrou que as empresas que utilizam valor justo têm maior variabilidade nos lucros e podem apresentar diferenças relevantes.
Campos, Cunha, Fernandes e Queiroz (2012)	Realizaram uma pesquisa com as duas maiores empresas do setor de construção civil no período de 2009 e 2010 para verificar se as mesmas atenderam as normas impostas pelo CPC-28 no que se refere a aplicação do método do custo e valor justo	Através dos resultados encontrados, constataram que as empresas pesquisadas e atendem os requisitos exigidos pelo CPC-28 e apresentaram conformidade no reconhecimento, mensuração e na divulgação das PPI em conformidade com as normas internacionais.
Kolozsvari, Marques e Macedo (2014)	O objetivo da pesquisa foi verificar os impactos no resultado das empresas brasileiras de exploração imobiliária quanto a escolha do método de mensuração das PPI nos anos de 2010 a 2012.	No estudo feito observaram que as empresas que adotaram o valor justo para mensuração das PPI tiveram um aumento nos resultados maiores do que aquelas que optaram pelo custo. e assim concluíram que a escolha do método de mensuração traz diferença significativas no desempenho da empresa.

Fonte: Elaborado pela Autora (2015)

No Quadro 1 foram apresentadas as pesquisas anteriores no qual é possível constatar que os estudos se pautaram mais na verificação de qual método foi utilizado na mensuração das PPI e também verificaram como está o nível de divulgação conforme o CPC-28. Os anos abordados nos estudos demonstrados compreenderam o período de 2010 a 2012.

De acordo com o que foi exposto no Quadro 1, o nível de divulgação das PPI está bem abaixo do ideal, isso talvez possa ter relação com o pouco tempo que se passou desde a emissão do CPC-28 até o período que foram analisados nos estudos citados.

Quanto à escolha do método de mensuração, o método mais utilizado nas pesquisas constantes no Quadro 1 foi o método do custo. Em relação aos resultados constatados nas pesquisas, Andrade, Silva e Malaquias (2013) verificaram que nenhuma das variáveis utilizadas no estudo, nos anos analisados, apresentou relação significativa com a escolha do método do valor justo ou custo.

Na pesquisa feita por Costa, Silva e Laurencel (2013), os autores verificaram que as empresas com menor receita líquida no exercício de 2010 apresentam maior chance de adotar o método do valor justo. Os outros estudos não mencionaram se havia algum fator significativo para escolha do método de mensuração das PPI. Mas Kolozsvari, Marques e Macedo (2014) verificaram que as empresas que optaram pelo método do valor justo tiveram resultados econômicos melhores do que aquelas que optaram pelo custo.

Comparando as pesquisas que foram realizadas anteriormente, percebe-se que há uma busca por parte dos pesquisadores em verificar se existe alguma variável determinante para a escolha do método de mensuração das PPI, já que as mesmas após o reconhecimento inicial poderão ser mensuradas ao custo ou valor justo. Percebe-se também que há uma preocupação em verificar se as empresas estão em conformidade com as normas internacionais e se estão atendendo os requisitos de divulgação exigidos pelo CPC-28(2009).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo de metodologia está dividido nos seguintes tópicos: 3.1 Classificação da Pesquisa; 3.2 Instrumento e coleta de dados; 3.3 Procedimentos de Análise dos Dados. e 3.4 Amostra da Pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa tem caráter descritivo. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL 2010, p. 27).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que os dados foram analisados sem o uso de ferramenta estatística. “Na pesquisa qualitativa a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.” (SOUZA *et al.*2007, p. 40).Conforme Beuren *et al.*(2013), “Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado[...]”.

Quanto aos meios de obtenção dos dados, o estudo enquadra-se como documental, pois foram analisadas as Notas Explicativas das respectivas empresas. Para Souza *et al.* (2007, p. 41), “A pesquisa documental fundamenta-se na utilização de materiais impressos e divulgados que não receberam ainda tratamento analítico.”No entendimento de Gil (2010, p. 30)“[...]o conceito de documento é bem amplo já que pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento[...]”.

Dessa forma, a presente pesquisa de caráter documental analisou os fatos por meio de documentos existentes e de uma forma mais detalhada e profunda, buscando nos dados fornecidos nas Notas Explicativas das empresas componentes da amostra, extrair as informações necessárias a pesquisa.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Com base nas orientações do pronunciamento contábil CPC-28(2009), foi elaborada uma lista de verificação contendo os itens que precisam ser evidenciados pelas empresas que possuem PPI. O Quadro 2 demonstra a lista de verificação elaborada nesta pesquisa.

Quadro 2: Lista de verificação

Itens que todas as entidades que possuem Propriedade para Investimento (PPI) devem divulgar
1. Informações sobre qual o método de mensuração utilizado (valor justo ou custo).
2. As quantias reconhecidas no resultado para lucro e rendas provenientes da PPI.
3. Quantias no resultado para gastos operacionais provenientes de PPI que tenham, e que não tenham gerado renda no período.
4. Se houve obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver PPI ou para seu reparo, manutenção ou aumento.
5. Adições resultantes de aquisições e gastos subsequentes reconhecido no valor contábil do ativo.
6. Adições no subgrupo PPI resultantes de combinação de negócios.
7. Ativos que antes eram PPI e foram reclassificados como detidos pra venda ou incluídos no grupo de alienação.
8. PPI que foi transferida para estoque e para imobilizado.
9. Informações sobre arrendamentos operacionais classificados e contabilizados como PPI.
Itens que devem ser evidenciados por empresas que possuem PPI e aplicam o método do valor justo
a) Informou os métodos utilizados para a determinação do valor justo.
b) Conciliação dos valores contábeis no início e no fim do período de ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes a valor justo.
c) A mensuração das PPI foi avaliada por avaliador independente com qualificação profissional reconhecida no mercado.
Itens que devem ser evidenciados para empresas que possuem PPI e que aplicam o método do custo
a) Informação dos métodos de depreciação utilizados.
b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.
c) O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no fim do período.
d) Informação sobre Teste no Valor Recuperável (<i>Impairment Test</i>).
e) A empresa evidenciou em Notas Explicativas valor justo das PPI conforme determinação do CPC 28.
f) A determinação do Valor Justo no final do exercício foi avaliada por profissional independente.

Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC- 28(2009)

De posse da lista de verificação demonstrada no Quadro 2, foram analisados cada item nas notas explicativas das empresas componentes da amostra, visando identificar a evidenciação realizada por parte das empresas de capital aberto brasileiras.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para medir o nível de evidência das PPI nas empresas componentes da amostra foi calculado um índice utilizando a lista de verificação demonstrada no Quadro 2. O índice foi calculado conforme a fórmula demonstrada a seguir:

$$\text{Índice de evidência} = \frac{\text{Total de Itens Evidenciados}}{\text{Total de Itens da Lista - NA}}$$

Para o cálculo do índice de evidência foram atribuídas três notas:

1 – Evidência do item em NE

0 – Quando não evidenciado em NE

NA – Nos casos em que o item não se aplica a respectiva empresa

De acordo com esses critérios estabelecidos para o cálculo do índice de evidência, obteve-se um percentual que representa o nível de evidência realizado nas Notas Explicativas de cada uma das empresas componentes da amostra.

Para complementar as análises foram verificadas também as informações a respeito dos tipos de PPI evidenciadas, a segmento setorial, o nível de governança corporativa e se as informações sobre as PPI estão de maneira organizada ou dispersa nas notas explicativas das empresas analisadas. Os resultados foram demonstrados por meio de quadros e tabelas.

Para dar suporte ao referencial teórico foram buscados artigos sobre o tema na base de dados da SPELL, SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO. As palavras-chave utilizadas no levantamento de artigos científicos foram: ativo, investimentos, evidência e PPI.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

A população desta pesquisa é composta por todas as empresas de capital aberto brasileiras. Já a amostra de pesquisa é composta por todas as empresas de capital aberto brasileiras que possuem saldo de PPI no exercício social findo em 2014.

Para obtenção da amostra de pesquisa, na base de dados do econômica foram identificadas as empresas de capital aberto brasileiras que possuíam saldo de PPI no BP

relativo ao exercício social findo de 2014. No levantamento realizado no economática foram identificadas 49 empresas com saldo de PPI em seu ativo, como é demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3: Empresas que possuíam PPI em seu ativo (49 empresas)

Empresas			
AES ELPA	BANDEIRANTE	M. DIAS BRANCO	GRENDENE
ALUPAR	BR MALLS PAR	MAGNESITA	IGUATEMI
CEDRO	BR PROPERT	MINASMÁQUINAS	INDÚSROMI
COSAN	BM&FBOVESPA	MINUPAR	TUPY
MELHOR SP	DASA	MULTIPLAN	SCHULTZ
CELUL IRANI	DESENVIX	NEOENERGIA	JOSAPAR
CR2	ELETROPAULO	RODOBENSIMOB	JHSF PART
CYRELA COM-CPP	ENERGIAS BR	SÃO CARLOS	KLABIN
P.ACUCAR-CBD	ESCELSA	SIERRA BRASIL	VULCABRAS
SEG AL BAHIA	EVEN	SUL AMÉRICA	PORTO SEGURO
INDUS CATAGUA	ELEKEIROZ	KEPLER WEBER	PRUMO
GUARARAPES	ESTÁCIO PART	PARANAPANEMA	PDG REALTY
WEG			

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

De posse da amostra das empresas que apresentavam PPI no exercício social de 2014, foram coletadas as Notas Explicativas (NEs) das mesmas, relativas ao ano de 2014, no sítio eletrônico da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&BOVESPA).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da presente pesquisa que teve como objetivo geral verificar o nível de evidenciação das PPI no ano de 2014. E como objetivos específicos foram identificadas as empresas brasileiras de capital aberto que possuíam PPI em 2014, também foram identificadas o tipo de PPI que as empresas possuíam e também foi elaborada uma lista de verificação com base nas exigências de divulgação do CPC-28(2009).

4.1 EVIDENCIAÇÃO NAS NOTAS EXPLICATIVAS NAS EMPRESAS DA AMOSTRA

Para atingir os objetivos da presente pesquisa, primeiramente foi necessário buscar nas NE, das 49 empresas que possuíam saldo de PPI em seu Balanço Patrimonial findo em 2014, as informações necessárias para análise do seu nível de evidenciação sobre estes tipos de ativos.

Das 49 empresas que fizeram parte da amostra de pesquisa, 17 não apresentavam nenhuma informação sobre PPI em suas Notas Explicativas, apesar de possuírem PPI em seu Balanço Patrimonial. No Quadro 4 são apresentadas as 17 empresas que, apesar de constarem em seus ativos PPI, não apresentaram nenhuma informação sobre PPI em NE.

Quadro 4: Empresas que não apresentaram nenhuma informação sobre PPI em NE(17 empresas)

Empresas		
AES ELPA	EVEN	PORTO SEGURO
ALUPAR	RODOBENS	SUL AMÉRICA
BANDEIRANTE .	WEG	DASA
ELETROPAULO	GRENDENE	ESTÁCIO PART
ESCELSA	KLABIN	MINASMÁQUINAS
NEOENERGIA	MELHOR SP	

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

No Quadro 5 constam apenas as empresas que apresentaram informações sobre PPI em suas Notas Explicativas e que foram objeto deste estudo

Quadro 5: Empresas estudadas (32 empresas)

Empresas			
CR2	IGUATEMI	GUARARAPES	CELUL IRANI
DESENVIX	SÃO CARLOS	JOSAPAR	BM&FBOVESPA
JHSF PART	SIERRA BRASIL	M. Dias Branco	COSAN
PDG REALTY	BR MALLS PAR	MINUPAR	ELEKEIROZ
INDS ROMI	BR PROPERT	P.ACUCAR-CBD	PARAPANEMA
KEPER WEBLER	MULTIPLAN	ENERGIAS BR	PRUMO
SCHULTZ	IND CATAGUAS	TUPY	MAGNEZITA
CEDRO	VULCABRAS	CYRELA COM-CCP	SEG AL BAHIA

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

A partir nas NE das 32 empresas que constituíram a amostra final foram extraídas as informações pertinentes que constavam na lista de verificação, para detectar os procedimentos quanto aos requisitos de divulgação das PPI.

Na Tabela 1 é mostrada, em percentuais, a parcela da amostra que apresentou informações sobre PPI em suas notas explicativas, bem como a parcela que, apesar de estar obrigada a evidenciar, não evidenciou as informações em suas Notas Explicativas.

Tabela 1: Informações sobre PPI em NE

Informações sobre PPI em NE	Empresas	%
Apresentou Informações sobre PPI em NE	32	65%
Não apresentou Informações sobre PPI em NE	17	35%
Total	49	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Na Tabela 1 observa-se que 65% das empresas que fizeram parte da amostra apresentaram informações sobre PPI, enquanto que 35% das empresas apesar de constarem esses ativos em seu balanço não mencionavam nenhuma informação sobre PPI em suas Notas Explicativas.

4.2 SEGMENTO SETORIAL DAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA FINAL

Para se fazer uma análise mais detalhada buscou-se dividir as empresas por segmento setorial. A Tabela 2 demonstra o segmento setorial das empresas componentes da amostra de acordo com a classificação estabelecida pela BM&BOVESPA.

Tabela 2: Empresas por segmento setorial

Setor	Empresas	%
Outros	9	28%
Exploração de Imóveis	7	22%
Tecidos e Calçados	4	13%
Alimentos	4	13%
Construção Civil	3	9%
Máquinas e Equipamentos	3	9%
Energia Elétrica	2	6%
Total	32	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

De acordo com a Tabela 2, pode-se inferir que grande parte das empresas que compuseram a amostra (22%) faz parte do setor de exploração de imóveis. As 9 empresas (28%) que constam como “outros” referem-se a setores que eram compostos de apenas uma empresa pertencentes ao setor como, químicos, metalúrgica, papel e celulose, transporte, comércio, açúcar e álcool, materiais diversos e financeiros, desta forma não seria significativo apresentá-las individualmente.

4.3 NÍVEIS DE GOVERNANÇACORPORATIVADAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA

Na Tabela 3 é apresentado o nível de governança das empresas estudadas, bem como o seu percentual em relação ao total.

Tabela 3: Níveis de Governança das empresas

Níveis de governança	Empresas	%
Novo Mercado	18	56%
Mercado Tradicional	11	34%
Nível 1	2	6%
Nível 2	1	4%
Total	32	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

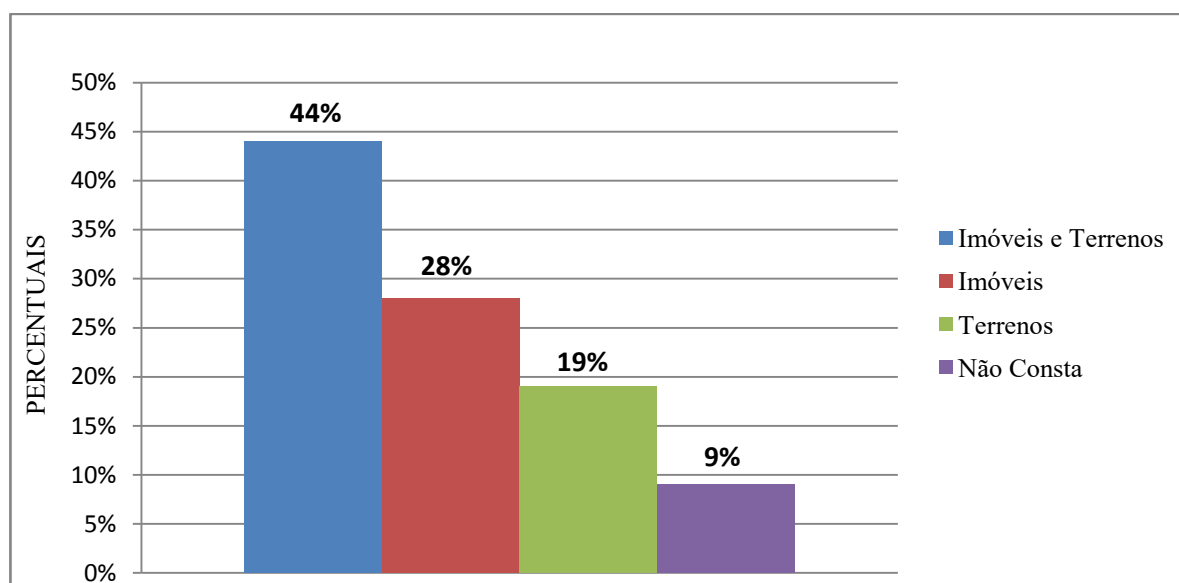
É possível verificar que 56% (18 empresas) pertencem ao novo mercado, 34% (11empresas) fazem parte do mercado tradicional, e 6% (2 empresas),4%(1 empresa)

pertencem aos níveis 2 e 1 respectivamente. Desta forma, constatou-se que a maior parte das empresa pertencem ao novo mercado.

4.4 TIPOS DE PPI DAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA

Na presente pesquisa buscou-se também verificar qual tipo de PPI as empresas possuíam registradas em seu ativo. Na Figura 1 é apresentado o resultado da verificação dessa informação.

Figura 1: Tipos de PPI que as empresas estudadas possuem



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

De acordo com a Figura 1, verifica-se que 44% (14 empresas) evidenciaram que possuíam imóveis e terrenos como PPI, já 28% (9 empresas) evidenciaram que tinham somente imóveis, 19% (6 empresas) tinham apenas terrenos e 9% (3 empresas) não informaram qual o tipo de PPI que possuíam.

Um ponto a destacar é que a empresa Celul Irani possui registrada como PPI terrenos e imóveis, mas em Notas Explicativas a mesma menciona que o terreno vai ser utilizado para futuras instalações de parques eólicos, portanto, não deveriam estar registradas como PPI, pois de acordo com o CPC – 28(2009), propriedades mantidas para uso futuro não são consideradas PPI.

Dessa maneira, as empresas ainda podem estar com dúvidas, ou dificuldades no entendimento, em relação à diferença na classificação entre PPI e imobilizado.

4.5 MANEIRAS DE EVIDENCIAÇÃO DAS PPI NAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA

Ao coletar os dados para a realização da presente pesquisa buscou-se verificar a maneira como as empresas apresentavam as informações sobre PPI em suas NE. As empresas que apresentaram as informações concentradas em um único tópico foram consideradas organizadas, já as empresas que traziam as informações em vários pontos das NE foram consideradas dispersas. A Tabela 4 mostra como as informações sobre PPI foram demonstradas pelas empresas em NE.

Tabela 4: Divulgação em NE

Informações sobre PPI em NE	Empresas	%
Organizada	18	56%
Dispersa	14	44%
Total	32	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Percebe-se que 56%(18 empresas) apresentaram as informações referentes as PPI de forma bem organizada trazendo em um único tópico as informações sobre PPI nas NE .Já 44% (14 empresas) evidenciaram as informações de maneira dispersa ao longo das NE.

4.6 NÍVEIS DE EVIDENCIAÇÃO DAS PPI NAS EMPRESAS COMPONENTES DA AMOSTRA

A Tabela 5 mostra o nível de evidenciação das empresas componentes da amostra. Os valores estão em ordem decrescente, ou seja, partindo das empresas que obtiveram maior percentual de divulgação para aquelas que tiveram um menor percentual de divulgação.

Tabela 5: Nível de evidenciação das empresas estudadas (nome no pregão)

Empresas	%	Empresas	%
BR PROPERT	92%	MAGNEZITA	50%
Cyrela COM-CCP	85%	CEDRO	50%
PDG REALTY	80%	Elekeiroz	46%
SÃO CARLOS	80%	SEG AL BAHIA	46%
BR MALLS PAR	73%	CR2	46%
IGUATEMI	71%	TUPY	45%
GUARARAPES	71%	IND CATAGUAS	44%
JHSF PART	70%	CELUL IRANI	43%
SIERRA BRASIL	70%	Schultz	40%
MINUPAR	69%	M. Dias Branco	38%
KEPER WEBLER	69%	P.ACUCAR-CBD	23%
MULTIPLAN	64%	BM&FBOVESPA	23%
COSAN	64%	JOSAPAR	20%
INDS ROMI	54%	Vulcabras	15%
PARAPANEMA	50%	ENERGIAS BR	13%
PRUMO	50%	DESENVIX	10%

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise dos resultados constatou-se que as empresas BR Propert, Cyrela, PDGRealt, São Carlos, BrMalls Par, Iguatemi, Guararapes, JHSFPart e Sierra Brasil atingiram os índices mais altos de evidenciação, seis delas tem como atividade principal a exploração de imóveis. Mesmo resultado foi encontrado na pesquisa feita por Silva, Fonseca e Nogueira (2014), onde constataram que as empresas do ramo de exploração de imóveis obtiveram um maior percentual de divulgação isso pode ser explicado por possuírem em seus balanços valores significativos de PPI. Os índices mais baixos foram obtidos pelas empresas: P.Açucar, BM&FBOVESPA, Josapar, Vulcabras, Energias e Desenvix.

4.7 MÉDIAS DE EVIDENCIAÇÃO REALIZADA POR SEGMENTO SETORIAL

Na Tabela 6 foi apresentada a média de divulgação das empresas de acordo com o segmento setorial do qual elas pertencem. Cabe destacar que a classificação setorial foi de acordo com a classificação da BMF&BOVESPA.

Tabela 6: Percentuais médios alcançados por setor

Setor	Empresas	Média por Setor
Exploração de Imóveis	7	77%
Construção Civil	3	65%
Máquinas e Equipamentos	3	54%
Outros	9	46%
Tecidos e Calçados	4	42%
Alimentos	4	38%
Energia Elétrica	2	12%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível constatar que o setor de exploração de imóveis obteve o maior percentual de nível de evidenciação, este que foi de 77%. Isso pode ser explicado em parte por se tratar de empresas que tem como atividade principal a locação de imóveis e exploração de shopping centers. O setor de construção civil obteve o segundo lugar na média de evidenciação por segmento que foi de 65%. Já o setor elétrico atingiu o menor percentual que foi de 12%, o que chama atenção pela necessidade de maior transparência por parte deste segmento setorial. Vale salientar que dentre as 17 empresas que foram excluídas da amostra por não apresentarem nenhuma informação sobre PPI em suas NEs, 6 delas fazem parte do setor elétrico, um número bem significativo. Os outros setores (Alimentos, tecidos e calçados, outros, máquinas e equipamentos) alcançaram um percentual em torno de 38% a 54%.

4.8 MÉDIAS DE EVIDENCIAÇÃO POR NÍVEL DE GOVERNANÇACORPORATIVA

Na Tabela 7 podem ser visualizadas as médias de evidenciação das empresas de acordo com os níveis de governança. No nível 2 existe apenas uma empresa, dessa maneira na está sendo apresentando a média de evidenciação apenas do nível 1, do novo mercado e do mercado tradicional..

Tabela 7: Média de divulgação de acordo com os níveis de governança

Níveis de governança	Empresas	Média de Divulgação
Novo Mercado	18	59%
Mercado Tradicional	11	43%
Nível 1	2	37%

Fonte: Dados da pesquisa(2015)

A média de divulgação de acordo com os níveis de governança foi verificada e verifica-se que as empresas pertencentes ao novo mercado obtiveram uma maior média percentual que foi de 59%. Já as empresas do mercado tradicional obtiveram uma média percentual de 43% e referente ao nível 1, que constavam apenas duas empresas, obtiveram uma média percentual de 37%. A única empresa que faz parte do nível 2 e que não consta na tabela 7 obteve um percentual de divulgação individual de 64%.

4.9 ANÁLISE RESUMIDA DOS ITENS DE DIVULGAÇÃO ENUMERADOS NA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Para uma melhor avaliação da evidenciação também foi realizada uma análise resumida sobre a divulgação de cada item da lista de verificação. Na Tabela 8 estão apresentados os itens relativos as informações que todas as empresas devem divulgar de acordo com o CPC – 28(2009), bem como o percentual de empresas que atenderam cada item.

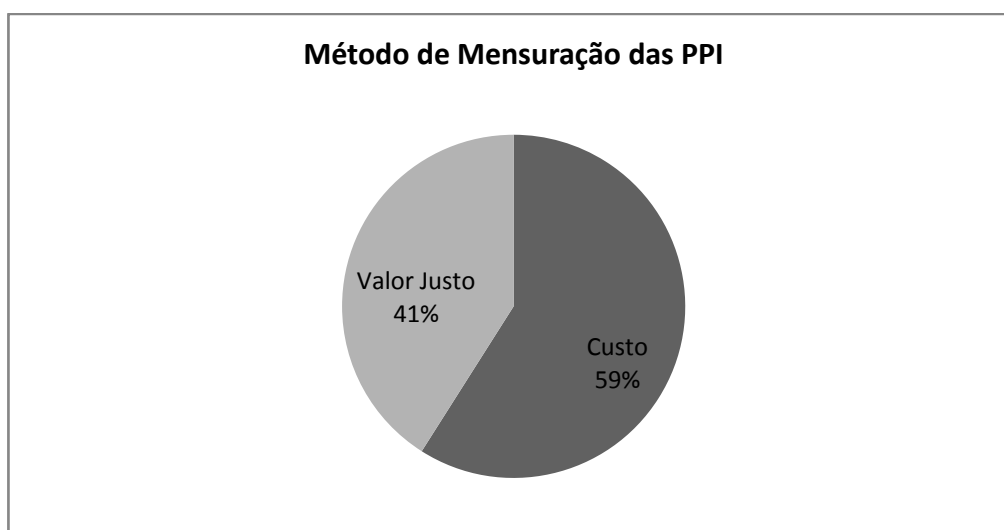
Tabela 8:Itens que devem ser evidenciados por todas as empresas

Itens que todas as entidades devem divulgar	Nº de empresas que divulgaram o item	%
1 - Informações sobre qual o método de mensuração utilizado (valor justo ou custo).	32	100%
2 -As quantias reconhecidas no resultado para lucro e rendas provenientes da PPI.	27	84%
3-Quantias no resultado para gastos operacionais provenientes de PPI que tenham e que não tenham gerado renda no período.	5	16%
4 -Se houve obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver PPI ou para seu reparo, manutenção ou aumento.	3	9%
5 -Adições resultantes de aquisições e gastos subsequentes reconhecido no valor contábil do ativo.	20	63%
6-Adições no subgrupo PPI resultantes de combinação de negócios.	3	9%
7-Ativos que antes eram PPI e foram reclassificados como detidos pra venda ou incluídos no grupo de alienação.	8	25%
8- PPI que foi transferida para estoque e para imobilizado.	0	0%
9- Informações sobre arrendamentos operacionais classificados e contabilizados como PPI.	7	22%

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Em relação ao item 1 da Tabela 8, dentre as 32 empresas, que apresentaram informações sobre PPI em suas Notas Explicativas, 59% (19 empresas) optou pelo método do custo, enquanto que 41% (13 empresas adotaram o método do valor justo) conforme é demonstrado na Figura 2. Os resultados são semelhantes com os encontrados na pesquisa realizada por Andrade, Silva e Malaquias (2013).

Figura 2: Método de mensuração utilizado



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Conforme mencionado, Andrade, Silva e Malaquias (2013) também verificaram em sua pesquisa que a maioria das empresas pesquisadas optaram pelo método do custo, mas na análise nenhuma das variáveis utilizadas teve relação significativa com a escolha do método de avaliação. Em outro estudo feito por Costa, Silva e Laurencel (2013), os autores constataram que as empresas com menor receita líquida no exercício de 2010 tinham maior chance de adotar o valor justo. As empresas de maior porte adotaram o método de custo para minimizar o risco político.

No item 2 da Tabela 8, a divulgação das quantias reconhecidas no resultado para lucro e rendas provenientes da PPI, 27 empresas divulgaram essa informação, enquanto que cinco empresas não divulgaram nada a respeito.

Sobre informações de quantias no resultado para gastos operacionais provenientes de PPI que tenham ou não tenham gerado renda no período, apenas 5 empresas divulgaram essa informação mas há somente informação de gastos que geraram renda no período.

No item 4 da Tabela 8, se houve obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver PPI ou para seu reparo, manutenção ou aumento, apenas 3 empresas divulgaram esse item, mas somente sobre manutenção ou aumento das PPI.

Com relação a adições resultantes de aquisições e gastos subsequentes reconhecido no valor contábil do ativo, 20 empresas divulgaram informações a respeito desse item.

Sobre adições no subgrupo PPI resultantes de combinação de negócios, somente 3 empresas informaram esse tipo de operação. Nas empresas que não realizaram combinação de negócios, esse item não se aplicou.

No item 7 da Tabela 8, sobre a informação de ativos que antes eram PPI e foram reclassificados como detidos pra venda ou incluídos no grupo de alienação, 8 empresas relataram que tiveram PPI colocadas a venda ou foram incluídas no grupo de alienação.

Quanto a informação de transferência de PPI para estoque e para imobilizado, nenhuma empresa informou se houve alguma operação dessa natureza. Contudo 8 empresas, mencionaram que possuíam imóveis que eram utilizados nas atividades operacionais da empresa ou estavam em estoque e foram transferidos para PPI.

A respeito de informações sobre arrendamentos operacionais classificados e contabilizados como PPI, 7 empresas (Multiplan, São Carlos, BR Propert, Guararapes, CelulUrani, BRMalls Par e Cosan) informaram ter PPI classificadas como arrendamento operacional.

Na Tabela 9 estão apresentados os itens relativos às informações das 13 empresas que optaram pelo método do valor justo para mensuração de suas PPI, bem como o percentual de empresas que atenderam cada item.

Tabela 9: Itens que devem ser evidenciados pelas empresas que optaram pelo valor justo

Itens que devem ser divulgados para empresas que optaram pelo método do valor justo	Nº de empresas que divulgaram o item	%
1- Informou os métodos utilizados para a determinação do valor justo.	9	69%
2- Conciliação dos valores contábeis no início e no fim do período de ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes a valor justo.	9	69%
3- A mensuração das PPI foi avaliada por avaliador independente com qualificação profissional reconhecida no mercado.	10	77%

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

Com relação às informações mencionadas no item 1 e 2 da Tabela 9 verificou-se que 9 empresas divulgaram as informações. Cabe ressaltar que esses itens foram aplicados nas 13 empresas que adotaram o método do valor justo. Já a informação se a mensuração tinha sido feita por profissional reconhecido no mercado foi divulgada por 77% das empresas optantes pelo método do valor justo.

Das 4 empresas que não mencionaram se houve ganho ou perda provenientes a valor justo, apresentam uma nota afirmando que as PPI, são ao final do período ajustadas a valor justo mas não mencionam se houve perda ou ganho.

Na Tabela 10 estão apresentados os itens relativos às informações das 19 empresas que adotaram o método do custo para mensurar suas PPI, bem como o percentual de empresas que atenderam cada item.

Tabela 10: Itens que devem ser evidenciados pelas empresas que optaram pelo custo

Itens que devem ser divulgados para empresa que optaram pelo método custo	Nº de empresas que divulgaram o item	%
1- Informação dos métodos de depreciação utilizados.	12	75%
2- As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.	12	75%
3- O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no fim do período.	9	56%
4 Informação sobre Teste no Valor Recuperável (<i>Impairment Test</i>)	15	94%
5 A empresa evidenciou em Notas Explicativas valor justo das PPI conforme determinação do CPC 28.	12	63%
6 A determinação do valor justo no final do exercício foi avaliada por profissional independente.	7	37%

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

Cabe aqui ressaltar, que os itens 1,2,3 e 4 da Tabela 10 não se aplicaram a 3 empresas que adotaram o método do custo devido as mesmas possuírem apenas terrenos registrados como PPI. Dessa forma o percentual calculado dos itens 1,2,3 e 4 foi em relação a 16 empresas e não 19 do total que adotaram o método do custo.

O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no fim do período foi divulgado por 9 empresas.

Também foi verificado que 15 empresas apresentaram informação sobre *Test de Impairment*. Neste sentido algumas empresas apenas apresentaram uma nota informando que realizam o *Test de Impairment*, mas de uma forma geral nos seus ativos e passivos não especificando se foi realizado o *test* nas PPI.

O reconhecimento do valor justo no final do período foi informado por 12 empresas e as empresas Celul Irani e Kepler informaram que o valor justo dos imóveis no final do período se aproximou do valor contábil.

A informação sobre a determinação do valor justo avaliado por profissional independente foi divulgado por 7 empresas.

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Neste tópico estão apresentadas as conclusões da pesquisa quanto aos seus objetivos e também quanto aos resultados encontrados além de sugestões para pesquisas futuras.

5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi verificar o nível de evidenciação das orientações contidas do CPC- 28 (2009) com relação às PPI nas empresas de capital aberto brasileiras no ano de 2014. E tendo como objetivos específicos (i)identificar as empresas brasileiras de capital aberto que possuem PPI no ano de 2014; (ii) identificar o tipo de PPI que as empresas brasileiras de capital aberto possuem e (iii)elaborar uma lista de verificação com base nas exigências de divulgação do CPC-28(2009).

Quanto a identificação das empresas que possuem PPI no ano de 2014, foram encontradas 49 empresas que, no exercício findo de 2014, possuíam PPI registradas em seus Balanços Patrimoniais.

Quanto a identificar os tipos de PPI que as empresas possuíam o objetivo também foi alcançado. Pode-se concluir que 44% (14 empresas) evidenciaram que possuíam imóveis e terrenos como PPI, já 28%(9 empresas)evidenciaram que tinham somente imóveis,19%(6 empresas) tinham apenas terrenos e 9%(3 empresas) não informaram qual o tipo de PPI que possuíam.Cabe aqui salientar que esses resultados se estenderam apenas para a amostra final de 32 empresas, não abrangendo as 49 empresas devido a falta de informação em NE sobre PPI de 17 empresas.

Quanto à elaboração da lista de verificação com base nas exigências do CPC – 28(2009), tal objetivo também foi alcançado, para isso foi estruturado uma lista de verificação contendo os itens que precisam ser evidenciados pelas empresas que possuem PPI. De posse a lista de verificação, foram analisados cada item nas notas explicativas das empresas componentes da amostra, visando identificar a evidenciação realizada por parte das empresas de capital aberto brasileiras.

5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

Para a realização da presente pesquisa foi realizada uma análise das informações divulgadas nas NE, desta maneira, buscou-se as informações necessárias para presente pesquisa. Constatou-se que das 49 empresas componentes da amostra 17 não apresentaram nenhuma informação referente a PPI.

Com relação ao nível de divulgação individual, as empresas Propert, Cyrela, PDGRealt, São Carlos, BrMalls Par, Iguatemi, Guararapes, JHSF Part e Sierra Brasil atingiram os índices mais altos de evidenciação.

Na análise por segmento setorial, constatou-se que as empresas que fazem parte do setor de exploração de imóveis obtiveram os maiores percentuais de divulgação. Resultado semelhante também foi encontrado na pesquisa feita por Silva, Fonseca e Nogueira (2014). Já as empresas do setor elétrico foram as que tiveram o menor percentual de divulgação que foi de 12%%. De acordo com o nível de governança, observou-se que as empresas que fazem parte do novo mercado obtiveram o maior percentual médio, que foi de 59%.

Para finalizar foi feita uma análise dos itens de divulgação enumerados na lista de verificação. Constatou-se que nos itens de divulgação obrigatórios para todas as empresas a média de divulgação foi de 36,44%. Já nos itens obrigatórios para as empresas que adotaram o valor justo, a média de evidenciação das empresas foi de 71,67% ,enquanto que a média de divulgação dos itens obrigatórios para o grupo de empresas que optaram pelo custo foi de 66,67%.

Portanto conclui-se que o nível de evidenciação nos itens obrigatórios para todas as empresas está abaixo do ideal, pois a média não atinge 50%. Já quando a avaliação foi realizada separando, as empresas que optaram entre o método do custo e valor justo, a média do nível de evidenciação em ambos os grupos de empresas superou 50%%, demonstrando que esses itens parecem ser mais divulgados por parte das empresas analisadas.

Ressalta-se que os resultados da presente pesquisa limitam-se as empresas componentes da amostra estudada e ao ano analisado, este que foi 2014, não podendo ser generalizados para outras empresas ou períodos diferentes.

5.3 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O presente trabalho se dispôs a investigar o nível de evidenciação do cumprimento das orientações contidas no CPC- 28(2009) com relação às PPI nas empresas de capital aberto brasileiras nos anos de 2014. Com base na pesquisa realizada sugere-se para futuros trabalhos a análise de anos posteriores incluindo mais de um período para investigar se houve melhoras no nível de divulgação. Também sugere-se uma análise estatística envolvendo o nível de evidenciação das PPI e as características das empresas de capital aberto brasileiras.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Fabiano Ferreira. **AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO: uma análise do nível de evidenciação e dos fatores que influenciam na escolha entre valor justo ou custo.** 2012. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=360:dissertacao-233&catid=9:dissertacoes-de-mestrado&Itemid=39>. Acesso em: 15 maio 2014.

BEUREN, IlseMaria; LONGARAY, André Andrade; RAUUP, FabianoMaury; SOUZA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** 2008. Disponível em: <<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/pages/96147078>> Acesso em: 25 ago. 2015.

BORBA, Francisco da Silva; BAZZOLI, Mariana Bortolatti; BORBA, Marcia Rodrigues. **Dicionário da língua Portuguesa.** 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1988. 1125 p. (Melhoramentos).

BM&FBOVESPA. **Bolsa de Mercadorias & Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo.** . Disponível em <<http://www.bovespa.com.br>>. > Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL, **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm.> Acesso em: 04 set. 2015.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **As decisões de investimentos**, (v. 2), 3ª ed.. Atlas, 2012. VitalBookfile. Disponível em: <<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522466511/page/iii>> Acesso em: 29 ago. 2015.

CAMPOS, Lineker Moraes; CUNHA, Andressa Aparecida; FERNANDES, Ariane Caruline; QUEIROZ, Lízia de Melo. **Propriedades para investimentos nas empresas de Construção civil.** Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/33/2012_33_5166.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 28**, de 26 de junho de 2009. **Propriedades para investimento.** CPC 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 00 R1**, de 12 de dezembro de 2011. Estrutura, Conceituação e Divulgação de Relatório Contábil. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Interpretação Técnica ICPC 10**, de 04 de dezembro de 2009. Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/102_ICPC_10.pdf> Acesso em 06 set. 2015

COMISSÃO de Valores Mobiliários. Deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009: **Dispõe**

sobreo tratamento contábil de propriedades para investimentos e seus respectivos requisitos de divulgação. Disponível em:<<http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli584.html>> Acesso em: 03 abr. 2015.

COSTA, Thiago de Abreu; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; LAURENCEL, Luiz da Costa. **Escolhas de Práticas Contábeis: Um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto.** 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/55429>>. Acesso em: 20 mai.2014.

COSTA, RoseneiNovochadlo de; MELHEM, Marcel Gulin. **Contabilidade Avançada: uma abordagem direta e atualizada.** 1 ed. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed.São Paulo: Atlas,2007.
HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade.** 5 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS Ariovaldo dos. **Manual Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC.** 2 ed.São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade.**9ed.São Paulo: Atlas,2009.

IUDÍCIBUS, **Analises de balanços.** 3 ed. São Paulo:Atlas,1998.

KOLOZSVARI,AnaCarolina;MARQUES,J.A.V.daCosta;MACEDO,M.A.daSilva. **Escolhas Contábeis: Análise dos efeitos da mensuração a custo ou a valor justo das propriedades para investimento sobre o desempenho reportado no segmento de exploração imobiliária.** **Revista Pensar Contábil.** Rio de Janeiro, set./dez. 2014. Disponível em:<<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.308/index.php/pensarcontabil/article/view/2301>> Acesso em: 02 set. 2015.

LOURENÇO, Isabel Costa; BRANCO, Manuel Castelo. A Governança Corporativa e o Efeito da Adoção das IFRS: O Caso Brasileiro. **Revista Universo Contábil.** ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 11, n. 1, p. 157-172, jan./mar., 2015. Disponível em:<www.furb.br/universocontabil> Acesso em: 28 ago.2015.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade empresarial.** 15. ed.São Paulo:Atlas,2009.

MURCIA, F. D; SANTOS, Ariovaldo dos. Fatores determinantes no nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil. - **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.** Brasília, maio/ago. 2009. Disponível em:<<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/68/58>> Acesso em: 28 ago.2015.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. SANTO, Sérgio Pereira do Espírito; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **Relação entre evidenciação contábil dos investimentos públicos e assimetria informacional.** 2012. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/409/495>>. Acesso em: 07 set. 2015.

PEREIRA, AndersonFeitosa. Determinantes na escolha do valor justo para propriedades para investimento no Brasil. Dissertação de mestrado. 2013. Disponível

em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/.../AndersonFeitosaPereiraVC.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2015.

PINTO, Murilo Jose Torelle; MARTIN, ViníciosAversari; ALCOFORADO, Eduardo Lavin Guedes. Escolhas contábeis com foco em propriedades para investimento. 2013. Disponível em:<http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D> Acesso em: 18 mai. 2014.

SANTOS, PauloSérgioAlmeida;ALMEIDA,DalciMendes;BEZERRA,FranciscoAntônio.Grau de Disclosure Voluntário e Nível de Governança Corporativa no Caso das Companhias Brasileiras de capital aberto: um estudo de relação.**Revista de Administração e Contabilidade**. Feira de Santana, jan/abr 2013.Disponível em:<<http://www.spell.org.br/>> Acesso em: 29 ago. 2015.

SILVA, Josilaine da; FONSECA, Larissa de Matos; NOGUEIRA, Daniel Ramos. **Nível de conformidade do pronunciamento técnico CPC 28**: Uma análise nas companhias abertas brasileiras. 2013. Disponível em:<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/artigos/trabalhos_aprovados>. Acesso em: 18 jan.2015.

SILVERA, Alexandre Di Miceli;BARROS,Lucas Ayres Barreira de Campos.**Determinantes da qualidade da governança corporativa das companhias abertas brasileiras**.Disponível em:<http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busca=simples&campo%5B%5D> Acesso em 05 abr. 2014.

SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC Métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual book, 2007.

APÊNDICE

Coleta de dados		1	2
		AES Elpa	Alupar
1.	Informações sobre qual o método de mensuração utilizado (valor justo ou custo).	0	0
2.	As quantias reconhecidas no resultado para lucro e rendas provenientes da PPI	0	0
3.	Quantias no resultado para gastos operacionais provenientes de PPI que tenham e que não tenham gerado renda no período.	0	0
4.	Se houve obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver PPI ou para seu reparo, manutenção ou aumento.	0	0
5.	Adições resultantes de aquisições e gastos subsequentes reconhecido no valor contábil do ativo.	0	0
6.	Adições no subgrupo PPI resultantes de combinação de negócios.	0	0
7.	Ativos que antes eram PPI e foram reclassificados como detidos pra venda ou incluídos no grupo de alienação.	0	0
8.	PPI que foi transferida para estoque e para imobilizado.	0	0
9.	Informações sobre arrendamentos operacionais classificados e contabilizados como PPI	0	0
10.	Informou os métodos utilizados para a determinação do valor justo.	0	0
11.	Conciliação dos valores contábeis no início e no fim do período de ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes a valor justo.	0	0
12.	A mensuração das PPI foi avaliada por avaliador independente com qualificação profissional reconhecida no mercado.	0	0
13.	Informação dos métodos de depreciação utilizados.	0	0
14.	As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.	0	0
15.	O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no fim do período.	0	0
16.	Informação sobre Teste no Valor Recuperável (Impairment Test)	0	0
17.	A empresa evidenciou em Notas Explicativas valor justo das PPI conforme determinação do CPC 28.	0	0
18.	A determinação do valor justo no final do exercício foi avaliada por profissional independente.	0	0
Itens adicionais coletados			
19.	-Tipo de PPI	NC	NC
20.	-Classificação Setorial	Energia Elétrica	Energia Elétrica
21.	- Verificar se as informações sobre PPI estão de maneira organizada ou dispersa	NC	NC
22.	- Nível de Governança	Tradicional	Nível 2
23.	-Método de Mensuração utilizado	Nc	Nc
Cálculo do índice de Evidenciação		0,00	0,00

Siglas

NA - Não se aplica

VJ - Valor justo

Continua

Coleta de dados - Continuação

3	4	5	6	7	8	9	10	11
Bandeirante	BmfBovespa	BR Malls Par	BR Propert	Cedro	Celul Irani	Cosan	CRZ	Cyre
0	1	1	1	1	1	1	1	1
0	1	1	1	1	1	1	0	1
0	0	0	1	0	0	0	0	1
0	0	0	1	0	0	0	0	1
0	0	1	1	0	0	0	1	1
0	NA	NA	1	NA	NA	NA	NA	NA
0	0	1	1	0	0	1	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	NA	1	1	NA	1	1	NA	NA
0	NA	1	1	1	NA	1	NA	NA
0	NA	1	1	1	NA	1	NA	NA
0	0	NA	NA	NA	1	NA	NA	NA
0	1	NA	NA	NA	1	NA	1	1
0	0	NA	NA	NA	0	NA	1	1
0	0	NA	NA	NA	1	NA	1	1
0	0	NA	NA	NA	0	NA	0	1
0	0	NA	NA	NA	0	NA	0	1
NC	Imóveis	Terrenos e Imóveis	Imóveis	Terrenos e Imóveis	Terrenos e Imóveis	Terrenos	Imóveis	Imóveis
Energia Elétrica	Serv.Financ.DVS	Exploraç.Imóveis	Exploraç.Imóveis	Fios e Tecidos	Papel e celulose	Transporte Ferrov.	Construção Civil	Exploração de inov.
NC	Organizada	Organizada	Organizada	Dispersa	Organizada	Organizada	Organizada	Organizada
Tradicional	Novo Merc.	Novo Merc.	Novo Merc.	Nível 1	Tradicional	Tradicional	Novo Merc.	Novo Merc.
NC	Custo	VJ	VJ	VJ	Custo	VJ	Custo	Custo
0,00	0,23	0,73	0,92	0,50	0,43	0,64	0,46	0,85

Continua

Coleta de dados - Continuação

12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Dasa	Desenvix	Elekeiroz	Eletropaulo	Energias	Escelsa	Estacio	Even	Grendene	Guararapes
0	1	1	0	1	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	NA	NA	0	NA	0	0	0	0	NA
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	NA	NA	0	NA	0	0	0	0	1
0	0	NA	0	0	0	0	0	0	NA
0	0	NA	0	0	0	0	0	0	NA
0	0	NA	0	0	0	0	0	0	NA
0	NA	1	0	0	0	0	0	0	1
0	NA	1	0	0	0	0	0	0	1
0	NA	0	0	0	0	0	0	0	1
0	NA	1	0	1	0	0	0	0	1
0	NA	1	0	0	0	0	0	0	1
0	NA	1	0	0	0	0	0	0	1
NC	Terrenos	Imoveis	NC	NC	NC	NC	NC	NC	Imoveis
Análises e Diag.	Energia Elétrica	Petroquímico	Energia Elétrica	Energia Elétrica	Energia Elétrica	Serv.Educacionais	Construção Civil	Calçados	Tec.Vest.Calc.
NC	Dispersa	Organizada	NC	Dispersa	NC	NC	NC	NC	Organizada
Novo Merc.	Tradicional	Tradicional	Nível 2	Novo Merc.	Tradicional	Novo Merc.	Novo Merc.	Novo Merc.	Tradicional
NC	VJ	Custo	NC	Custo	NC	NC	NC	NC	Custo
0,00	0,1	0,46	0,00	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,71

Continua

Coleta de dados - Continuação

22	23	24	25	26	27	28	29	30
Iguatemi	Inds Romi	JHSF Part	Josapar	Kepler	Klabin	M.Diasbranco	Magnesita	Minasmaquinas
1	1	1	1	1	0	1	1	0
1	1	1	0	1	0	1	1	0
0	0	1	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
1	0	1	1	1	0	0	0	0
1	NA	NA	NA	NA	0	NA	NA	0
1	0	0	0	1	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
NA	NA	NA	NA	NA	0	NA	NA	0
NA	NA	1	0	NA	0	NA	1	0
NA	NA	1	0	NA	0	NA	1	0
NA	NA	1	0	NA	0	NA	1	0
1	1	NA	NA	1	0	0	NA	0
1	1	NA	NA	1	0	0	NA	0
1	0	NA	NA	1	0	0	NA	0
1	1	NA	NA	1	0	1	NA	0
1	1	NA	NA	1	0	1	NA	0
0	1	NA	NA	0	0	1	NA	0
Terrenos e Imóveis	Terrenos e Imóveis	Terrenos e Imóveis	Imóveis	Terrenos e Imóveis	NC	Imóveis	Terreno	NC
Explor.Imóveis	Máquinas e Equip.Indust.	Construção Civil	Alim. DVS.	Máquin.Equip.Industr.	Papel e Celul.	Alim. divs.	Mat.Dvs	Material de Transp.
Organizada	Organizada	Organizada	Dispersa	Dispersa	NC	Dispersa	Organizada	NC
Novo Merc.	Novo Merc.	Novo Merc.	Tradicional	Tradicional	Nível 2	Novo Merc.	Novo Merc.	Tradicional
Custo	Custo	VJ	VJ	Custo	NC	Custo	Vj	NC
0,71	0,54	0,70	0,20	0,69	0,00	0,38	0,50	0,00

Continua

Coleta de dados - Continuação

31	32	33	34	35	36	37	38
Minupar	Multiplan	Neoenergia	Parapananema	PDG Realt	Porto Seguro	Prumo	Rodobens
1	1	0	1	1	0	1	0
1	1	0	1	1	0	1	0
0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	1	0	0	0
1	1	0	1	1	0	1	0
NA	NA	0	NA	NA	0	1	0
0	0	0	0	1	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
NA	1	0	NA	NA	0	NA	0
NA	NA	0	1	1	0	NA	0
NA	NA	0	0	1	0	NA	0
NA	NA	0	1	1	0	NA	0
1	1	0	NA	NA	0	NA	0
1	1	0	NA	NA	0	NA	0
1	1	0	NA	NA	0	NA	0
1	1	0	NA	NA	0	NA	0
1	1	0	NA	NA	0	1	0
1	0	0	NA	NA	0	0	0
Terrenos e Imóveis	Terrenos e Imóveis	NC	NC	Terrenos e Imóveis	NC	Terrenos	NC
Carnes e Derivados	Exploração de Imóveis	Energia Elétrica	Artefatos de Cobre	Construção Civil	Seguradora	Serv. Apoio e Armazenagem	Construção Civil
Dispersa	Organizada	NC	Dispersa	Organizada	NC	Dispersa	NC
Tradicional	Nível 2	Tradicional	Novo Merc.	Novo Merc.	Novo Merc.	Novo Merc.	Novo Merc.
Custo	Custo	NC	VJ	VJ	NC	Custo	NC
0,69	0,64	0,00	0,50	0,80	0,00	0,50	0,00

Continua

Coleta de dados - Continuação

39	40	41	42	43	44	45	46
Sao Carlos	Schulz	Sierrabrasil	Sul America	Tupy	Vulcabras	Weg	CBDistr.
1	1	1	0	1	1	0	1
1	1	1	0	1	1	0	1
1	0	1	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
1	1	1	0	1	0	0	0
0	NA	NA	0	NA	NA	0	NA
1	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
1	NA	NA	0	NA	NA	0	NA
NA	0	1	0	NA	NA	0	NA
NA	0	1	0	NA	NA	0	NA
1	1	1	0	NA	NA	0	NA
1	NA	NA	0	NA	NA	0	0
1	NA	NA	0	NA	NA	0	0
1	NA	NA	0	NA	NA	0	0
1	NA	NA	0	NA	NA	0	1
1	NA	NA	0	1	0	0	0
1	NA	NA	0	0	0	0	0
Terrenos e Imóv.	Terreno	Terrenos e Imóveis	NA	Terrenos	NC	NC	Imóveis
Exploração de Imóveis Organizada	Maquinas e Equip. Dispersa	Explor.de imóveis Organizada	Seguradora NC	material Rodov. Dispersa	Calçados Dispersa	Máquinas e equip... NC	Alimentos Dispersa
Novo Merc. Custo	Tradicional VJ	Novo Merc. VJ	N2 NC	Novo merc. Custo	Tradicional Custo	Novo Merc. NC	Nível 1 Custo
0,80	0,40	0,70	0,00	0,44	0,15	0,00	0,23

Continua

Coleta de dados - Continuação			
47	48	49	
Indust.Catag.	Melhor SP	SEG.AI.Bahia	
1	0	1	
1	0	1	
0	0	0	
0	0	0	
1	0	1	
NA	0	NA	
1	0	0	
0	0	0	
0	0	NA	
0	0	NA	
1	0	NA	
0	0	NA	
NA	0	1	
NA	0	0	
NA	0	1	
NA	0	1	
NA	0	0	
NA	0	0	
Terrenos.e Imóveis	NC	Terrenos.e Imóveis	
Fios e Tecidos	Papel e Cel	Seguradora	
Dispersa	NC	Organizada	
Tradicional	Tradicional	Tradicional	
VJ	NC	Custo	
0,45	0,00	0,46	